

Monitoramento dos casos de dengue, febre de chikungunya e febre pelo vírus Zika até a Semana Epidemiológica 31 de 2017

Introdução

Dengue, febre de chikungunya e febre pelo vírus Zika são doenças de notificação compulsória, e estão presentes na Lista Nacional de Notificação Compulsória de Doenças, Agravos e Eventos de Saúde Pública, sendo que a febre pelo vírus Zika foi acrescentada a essa lista apenas pela Portaria nº 204, de 17 de fevereiro de 2016, do Ministério da Saúde.

Este boletim apresenta os dados de 2017, até a Semana Epidemiológica (SE) 31 (1/1/2017 a 05/08/2017), comparando-os com os do mesmo período do ano de 2016. Estão apresentados o número de casos, o número de óbitos e o coeficiente de incidência, calculado utilizando-se o número de casos novos prováveis dividido pela população de determinada área geográfica, e expresso por 100 mil habitantes. Para dengue e febre de chikungunya, também são apresentados os dados de 2015.

Os “casos prováveis” são os casos notificados, excluindo-se os descartados, por diagnóstico laboratorial negativo, com coleta oportuna ou diagnosticados para outras doenças. Os casos de dengue grave, dengue com sinais de alarme e óbitos por dengue, chikungunya e Zika informados foram confirmados por critério laboratorial ou clínico-epidemiológico.

Todos os dados deste boletim são provisórios e podem ser alterados no sistema de notificação pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde. Isso pode ocasionar diferenças nos números de uma semana epidemiológica para outra.

Os municípios são comparados utilizando-se estratos populacionais distribuídos da seguinte forma: menos de 100 mil habitantes; de 100 a 499 mil; de 500 a 999 mil; e acima de 1 milhão de habitantes.

Os dados de dengue e chikungunya estão no Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Online (Sinan Online), e os de Zika, no Sinan-Net.

Os dados de população dos anos de 2015 e 2016 foram estimados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para o ano de 2017, foram utilizadas as estimativas populacionais de 2016.

Dengue

Em 2016, da SE 1 à SE 52, foram registrados 1.483.623 casos prováveis de dengue, e em 2015, 1.688.688 (Figura 1). Em 2017, até a SE 31 (1/1/2017 a 05/08/2017), foram registrados 210.627 casos prováveis de dengue no país (Tabela 1), com uma incidência de 102,2 casos/100 mil hab., e outros 166.905 casos suspeitos foram descartados.

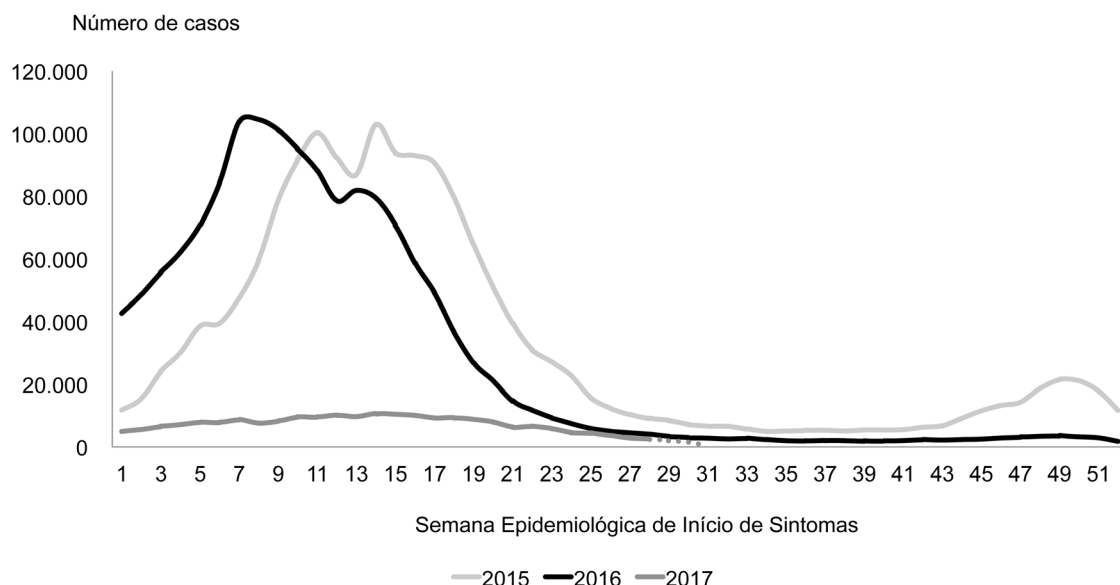
Em 2017, até a SE 31, a região Nordeste apresentou o maior número de casos prováveis (79.405 casos; 37,7%) em relação ao total do país. Em seguida aparecem as regiões Centro-Oeste (61.274 casos; 29,1%), Sudeste (46.917 casos; 22,3%), Norte (20.487 casos; 9,7%) e Sul (2.544 casos; 1,2%) (Tabela 1).

A análise da taxa de incidência de casos prováveis de dengue (número de casos/100 mil hab.), em 2017, até a SE 31, segundo regiões geográficas, evidencia que as regiões Centro-Oeste e Nordeste apresentam as maiores taxas de incidência: 391,3 casos/100 mil hab. e 139,5 casos/100 mil hab., respectivamente. Entre as Unidades da Federação (UFs), destacam-se Goiás (733,3 casos/100 mil hab.), Ceará (490,6 casos/100 mil hab.) e Tocantins (363,6 casos/100 mil hab.) (Tabela 1).

Entre os municípios com as maiores incidências de casos prováveis de dengue registradas em julho, segundo estrato populacional (menos de 100 mil habitantes, de 100 a 499 mil, de 500 a 999 mil, e acima de 1 milhão de habitantes), destacam-se: Palestina de Goiás/GO, com 456,2 casos/100 mil hab.; Maranguape/CE, com 93,6 casos/100 mil hab.; Aparecida de Goiânia/GO, com 47,2 casos/100 mil hab.; e Goiânia/GO, com 15,7 casos/100 mil hab., respectivamente (Tabela 2).

Casos graves e óbitos

Em 2017, até a SE 31, foram confirmados 154 casos de dengue grave e 1.726 casos de dengue



Fonte: Sinan Online (banco de 2015 atualizado em 27/09/2016; de 2016, em 23/06/2017; e de 2017, em 07/08/2017).
Dados sujeitos a alteração.

Figura 1 – Casos prováveis de dengue, por semana epidemiológica de início de sintomas, Brasil, 2015, 2016 e 2017

com sinais de alarme. No mesmo período de 2016, foram confirmados 875 casos de dengue grave e 8.528 casos de dengue com sinais de alarme (Tabela 3). Em 2017, até a SE 31, observou-se que a região Centro-Oeste apresentou o maior número de casos confirmados de dengue grave e de dengue com sinais de alarme, com 67 e 1.154 casos, respectivamente (Tabela 3).

Foram confirmados 72 óbitos por dengue até a SE 31 de 2017. No mesmo período de 2016, foram confirmados 672 óbitos (Tabela 3). Existem ainda,

em 2017, 212 casos de dengue grave ou dengue com sinais de alarme e 224 óbitos em investigação que podem ser confirmados ou descartados (dados não apresentados nas tabelas).

Febre de chikungunya

Em 2016, da SE 1 à SE 52, foram registrados no país 277.882 casos prováveis de febre de chikungunya (Figura 2). Foram confirmados 216 óbitos por febre de chikungunya, nas seguintes UFs: Pernambuco (55), Ceará (40), Rio Grande

© 1969. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Comitê Editorial

Adelson Loureiro Cavalcante, Sônia Maria Feitosa Brito, Adele Schwartz Benzaken, Daniela Buosi Rohlfs, Elisete Duarte, Geraldo da Silva Ferreira, João Paulo Toledo, Márcia Beatriz Dieckmann Turcato, Maria de Fátima Marinho de Souza, Maria Terezinha Villela de Almeida.

Equipe Editorial

Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviço/SVS/MS: Dalcy de Oliveira Albuquerque Filho e Divino Valero Martins (Editores Científicos), Alessandra Viana Cardoso e Lúcia Rolim Santana de Freitas (Editoras Assistentes).

Colaboradores

Coordenação Geral dos Programas Nacionais de Controle e Prevenção da Malária e das Doenças Transmitidas pelo Aedes/DEVIT/SVS/MS: Anderson Coutinho da Silva, Cibelle Mendes Cabral, Geovani San Miguel Nascimento, Isabela Ornelas Pereira, Juliane Maria Alves Siqueira Malta, Sulamita Brandão Barbiratto e Virginia Wachira.

Normalização

Ana Flávia Lucas de Faria Kama (CGDEP/SVS)

Projeto gráfico e distribuição eletrônica

Núcleo de Comunicação/SVS

Diagramação

Thaís Abreu Oliveira (CGDEP/SVS)

Revisão de texto

Maria Irene Lima Mariano (CGDEP/SVS)

Tabela 1 – Número de casos prováveis e incidência de dengue (/100mil hab.), até a Semana Epidemiológica 31, por região e Unidade da Federação, Brasil, 2016 e 2017

Região/Unidade da Federação	Casos (n)		Incidência (/100 mil hab.)	
	2016	2017	2016	2017
Norte	33.366	20.487	188,4	115,7
Rondônia	6.902	2.182	386,2	122,1
Acre	1.895	1.295	232,0	158,6
Amazonas	6.595	3.063	164,8	76,5
Roraima	133	834	25,9	162,2
Pará	9.231	6.757	111,6	81,7
Amapá	1.463	783	187,0	100,1
Tocantins	7.147	5.573	466,2	363,6
Nordeste	298.804	79.405	525,0	139,5
Maranhão	22.949	6.056	330,0	87,1
Piauí	4.752	4.194	147,9	130,6
Ceará	42.427	43.980	473,3	490,6
Rio Grande do Norte	55.086	4.728	1.585,2	136,1
Paraíba	34.778	2.193	869,6	54,8
Pernambuco	56.795	7.196	603,5	76,5
Alagoas	16.681	2.305	496,6	68,6
Sergipe	2.902	474	128,1	20,9
Bahia	62.434	8.279	408,7	54,2
Sudeste	834.010	46.917	965,8	54,3
Minas Gerais	518.133	25.566	2.467,6	121,8
Espírito Santo	39.130	5.680	984,7	142,9
Rio de Janeiro	82.392	8.564	495,3	51,5
São Paulo	194.355	7.107	434,3	15,9
Sul	68.746	2.544	233,5	8,6
Paraná	60.786	2.220	540,7	19,7
Santa Catarina	4.926	190	71,3	2,7
Rio Grande do Sul	3.034	134	26,9	1,2
Centro-Oeste	197.765	61.274	1.262,8	391,3
Mato Grosso do Sul	44.739	1.300	1.667,9	48,5
Mato Grosso	18.108	7.282	547,8	220,3
Goiás	117.687	49.100	1.757,6	733,3
Distrito Federal	17.231	3.592	578,8	120,6
Brasil	1.432.691	210.627	695,2	102,2

Fonte: Sinan Online (banco de 2016 atualizado em 23/06/2017; de 2017, em 07/08/2017).
Dados sujeitos a alteração.

do Norte (39), Paraíba (36), Rio de Janeiro (16), Maranhão (11), Alagoas (10), Bahia (3), Sergipe (2), Amapá (1), Piauí (1), Goiás (1) e Distrito Federal (1) – dados não apresentados em tabelas. A mediana de idade dos óbitos foi de 62 anos, variando de 0 a 98 anos.

Em 2017, até a SE 31, foram registrados 163.135 casos prováveis de febre de chikungunya no país

(Tabela 4), com uma taxa de incidência de 79,2 casos/100 mil hab.; destes, 104.298 (63,9%) foram confirmados. A análise da taxa de incidência de casos prováveis, por regiões geográficas, mostra a região Nordeste com a maior taxa de incidência – 217,0 casos/100 mil hab. –, seguida da região Norte, com 78,1 casos/100 mil hab. Entre as UFs, destacam-se Ceará (1.130,7 casos/100 mil hab.),

Tabela 2 – Municípios com as maiores incidências de casos prováveis de dengue em julho, por estrato populacional, até a Semana Epidemiológica 31, Brasil, 2017

Estrato populacional	Município/Unidade da Federação	Incidência (/100 mil hab.)				Casos acumulados (SE 1 a 31)	Incidência acumulada (/100 mil hab.)
		Janeiro a Março	Abril a Junho	Julho	Agosto		
População <100 mil hab. (5.261 municípios)	Palestina de Goiás/GO	85,5	912,5	456,2	0,0	51	1.454,2
	Buriti dos Montes/PI	37,9	37,9	429,9	0,0	40	505,8
	Granjeiro/CE	0,0	941,9	358,8	0,0	58	1.300,7
	São João do Arraial/PI	0,0	294,7	346,0	0,0	50	640,7
	José da Penha/RN	0,0	446,3	264,5	0,0	43	710,7
População de 100 a 499 mil hab. (268 municípios)	Maranguape/CE	46,4	395,8	93,6	0,0	670	535,8
	Palmas/TO	209,0	309,4	70,4	7,9	1.670	596,7
	Boa Vista/RR	14,1	143,1	66,8	1,2	735	225,2
	Águas Lindas de Goiás/GO	338,9	418,8	53,8	0,0	1.554	811,5
	Trindade/GO	378,6	873,6	49,4	0,0	1.554	1.301,7
População de 500 a 999 mil hab. (24 municípios)	Aparecida de Goiânia/GO	718,4	841,5	47,2	3,4	8.570	1.610,5
	Londrina/PR	4,0	10,3	14,6	0,4	162	29,3
	João Pessoa/PB	78,2	87,8	13,7	0,4	1.444	180,1
	Uberlândia/MG	107,8	123,8	13,6	0,3	1.644	245,5
	Jaboatão dos Guararapes/PE	35,6	56,3	13,0	2,7	744	107,7
População >1 milhão hab. (17 municípios)	Goiânia/GO	697,6	645,8	15,7	0,9	19.701	1.360,0
	Salvador/BA	17,3	19,8	7,0	0,2	1.303	44,3
	Manaus/AM	51,1	36,6	6,5	0,5	1.983	94,7
	Belo Horizonte/MG	28,6	22,3	6,1	0,3	1.441	57,3
	São Gonçalo/RJ	69,5	75,3	5,5	0,0	1.569	150,3

Fonte: Sinan Online (atualizado em 07/08/2017).
Dados sujeitos a alteração.

Roraima (590,6 casos/100 mil hab.) e Tocantins (214,6 casos/100 mil hab.) (Tabela 4).

Entre os municípios com as maiores incidências de chikungunya registradas em julho, segundo estrato populacional (menos de 100 mil habitantes, de 100 a 499 mil, de 500 a 999 mil, e acima de 1 milhão de habitantes), destacam-se: Chaval/CE, com 943,5 casos/100 mil hab.; Boa Vista/RR, com 188,7 casos/100 mil hab.; Teresina/PI, com 5,0 casos/100 mil hab.; e Fortaleza/CE, com 21,0 casos/100 mil hab., respectivamente (Tabela 5).

Em 2017, até a SE 31, foram confirmados laboratorialmente 75 óbitos por febre de chikungunya, nas seguintes UF's: Ceará (60), Pará (4), Tocantins (1), Piauí (1), Minas Gerais (5), Bahia (1), Rio de Janeiro (1), São Paulo (1) e Mato Grosso (1). Nesse período, o maior número de óbitos confirmados ocorreu nos meses de abril (n=23; 30,7%) e maio (n=28; 37,3%), sendo que 169 óbitos ainda estão em investigação (Figura 3) e podem ser confirmados ou descartados.

Febre pelo vírus Zika

Em 2016, da SE 1 à SE 52, foram registrados 205.578 casos prováveis de febre pelo vírus Zika no país (Figura 4). Foram confirmados laboratorialmente 8 óbitos por vírus Zika – no Rio de Janeiro (4), no Espírito Santo (2), no Maranhão (1) e na Paraíba (1).

Em 2017, até a SE 31, foram registrados 15.039 casos prováveis de febre pelo vírus Zika no país (Tabela 6), com taxa de incidência de 7,3 casos/100 mil hab.; destes, 6.145 (40,9%) foram confirmados. A análise da taxa de incidência de casos prováveis de Zika (número de casos/100 mil hab.), segundo regiões geográficas, demonstra que as regiões Centro-Oeste e Norte apresentam as maiores taxas de incidência: 35,1 casos/100 mil hab. e 13,7 casos/100 mil hab., respectivamente. Entre as UF's, destacam-se Tocantins (60,9 casos/100 mil hab.), Mato Grosso (57,8 casos/100 mil hab.) e Goiás (52,0 casos/100 mil hab.) (Tabela 6).

Em 2017, até a SE 31, não foi confirmado laboratorialmente nenhum óbito por Zika vírus.

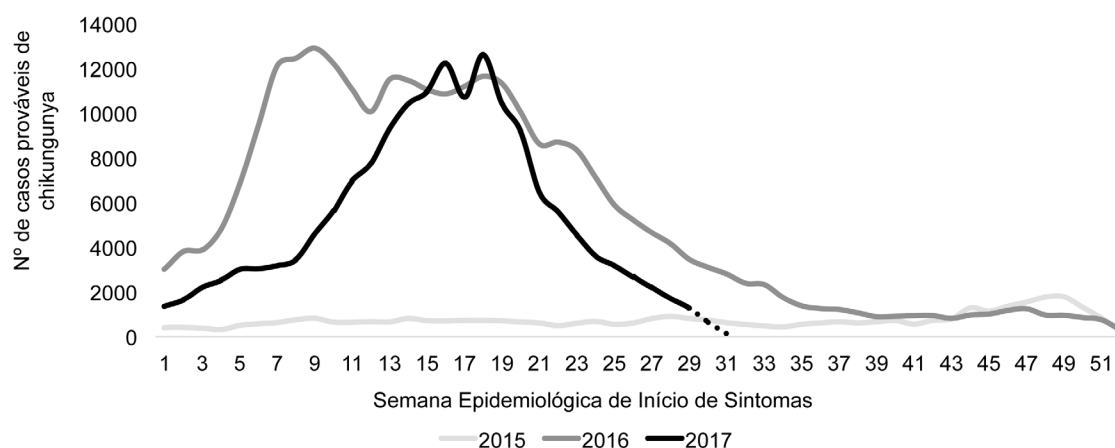
Tabela 3 – Número de casos graves, com sinais de alarme e óbitos por dengue confirmados, até a Semana Epidemiológica 31, por região e Unidade da Federação, Brasil, 2016 e 2017

Região/Unidade da Federação	Semana Epidemiológica 1 a 31					
	Casos confirmados				Óbitos confirmados	
	2016		2017		2016	2017
	Dengue com sinais de alarme	Dengue grave	Dengue com sinais de alarme	Dengue grave		
Norte	90	11	116	8	5	3
Rondônia	14	5	1	3	3	0
Acre	0	0	0	0	0	0
Amazonas	8	2	11	3	1	1
Roraima	2	0	1	0	0	0
Pará	35	2	7	1	0	0
Amapá	16	2	7	1	1	1
Tocantins	15	0	89	0	0	1
Nordeste	378	97	170	40	108	19
Maranhão	30	9	30	9	9	4
Piauí	7	5	7	2	1	0
Ceará	158	43	82	14	29	10
Rio Grande do Norte	45	13	6	2	23	0
Paraíba	51	6	4	2	8	1
Pernambuco	58	7	23	8	24	3
Alagoas	14	8	5	2	7	1
Sergipe	1	1	1	0	1	0
Bahia	14	5	12	1	6	0
Sudeste	3.741	448	283	38	400	23
Minas Gerais	1.882	268	98	17	257	12
Espírito Santo	360	44	73	8	19	3
Rio de Janeiro	370	21	68	4	15	4
São Paulo	1.129	115	44	9	109	4
Sul	620	127	3	1	66	0
Paraná	525	118	3	0	63	0
Santa Catarina	61	2	0	0	2	0
Rio Grande do Sul	34	7	0	1	1	0
Centro-Oeste	3.699	192	1.154	67	93	27
Mato Grosso do Sul	280	16	22	1	17	3
Mato Grosso	14	7	9	3	5	3
Goiás	2.955	130	1.051	54	49	17
Distrito Federal	450	39	72	9	22	4
Brasil	8.528	875	1.726	154	672	72

Fonte: Sinan Online (banco de 2016 atualizado em 23/06/2017; de 2017, em 07/08/2017).
Dados sujeitos a alteração.

Em relação às gestantes, foram registrados 2.112 casos prováveis, sendo 674 confirmados por critério clínico-epidemiológico ou laboratorial, segundo dados do Sinan-NET (dados não apresentados nas tabelas).

Ressalta-se que os óbitos em recém-nascidos, natimortos, abortamento ou feto, resultantes de microcefalia possivelmente associada ao vírus Zika, são acompanhados pelo [Boletim Epidemiológico sobre o Monitoramento dos Casos de Microcefalia no Brasil](#).



Fonte: Sinan NET (banco de 2015 atualizado em 18/10/2016; de 2016, em 23/06/2017); Sinan Online (banco de 2017 atualizado em 07/08/2017).
Dados sujeitos a alteração.

Figura 2 – Casos prováveis de febre de chikungunya, por semana epidemiológica de início de sintomas, Brasil, 2015, 2016 e 2017

Tabela 4 – Número de casos prováveis e incidência de febre de chikungunya (/100 mil hab.), até a Semana Epidemiológica 31, por região e Unidade da Federação, Brasil, 2016 e 2017

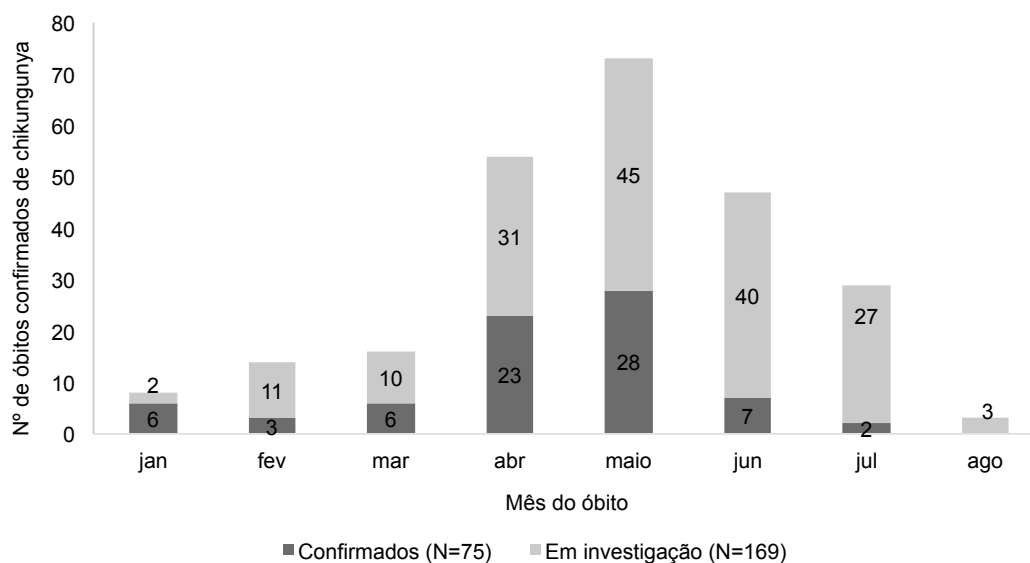
Região/Unidade da Federação	Casos (n)		Incidência (/100 mil hab.)	
	2016	2017	2016	2017
Norte	5.652	13.832	31,9	78,1
Rondônia	638	183	35,7	10,2
Acre	295	89	36,1	10,9
Amazonas	657	227	16,4	5,7
Roraima	98	3.037	19,1	590,6
Pará	2.260	6.865	27,3	83,0
Amapá	541	142	69,2	18,2
Tocantins	1.163	3.289	75,9	214,6
Nordeste	222.378	123.502	390,7	217,0
Maranhão	13.411	5.344	192,9	76,8
Piauí	2.560	3.970	79,7	123,6
Ceará	40.494	101.348	451,8	1.130,7
Rio Grande do Norte	23.837	1.317	686,0	37,9
Paraíba	19.537	1.047	488,5	26,2
Pernambuco	47.850	1.784	508,5	19,0
Alagoas	16.829	422	501,0	12,6
Sergipe	8.358	291	368,9	12,8
Bahia	49.502	7.979	324,0	52,2
Sudeste	22.728	22.573	26,3	26,1
Minas Gerais	1.296	17.976	6,2	85,6
Espírito Santo	342	700	8,6	17,6
Rio de Janeiro	17.453	3.179	104,9	19,1
São Paulo	3.637	718	8,1	1,6
Sul	1.387	267	4,7	0,9
Paraná	782	151	7,0	1,3
Santa Catarina	422	60	6,1	0,9
Rio Grande do Sul	183	56	1,6	0,5
Centro-Oeste	1.650	2.961	10,5	18,9
Mato Grosso do Sul	232	58	8,6	2,2
Mato Grosso	504	2.569	15,2	77,7
Goiás	409	230	6,1	3,4
Distrito Federal	505	104	17,0	3,5
Brasil	253.795	163.135	123,2	79,2

Fonte: Sinan NET (banco de 2015 atualizado em 18/10/2016; de 2016, em 23/06/2017); Sinan Online (banco de 2017 atualizado em 07/08/2017).
Dados sujeitos a alteração.

Tabela 5 – Municípios com as maiores incidências de casos prováveis de chikungunya em julho, por estrato populacional, até a Semana Epidemiológica 31, Brasil, 2017

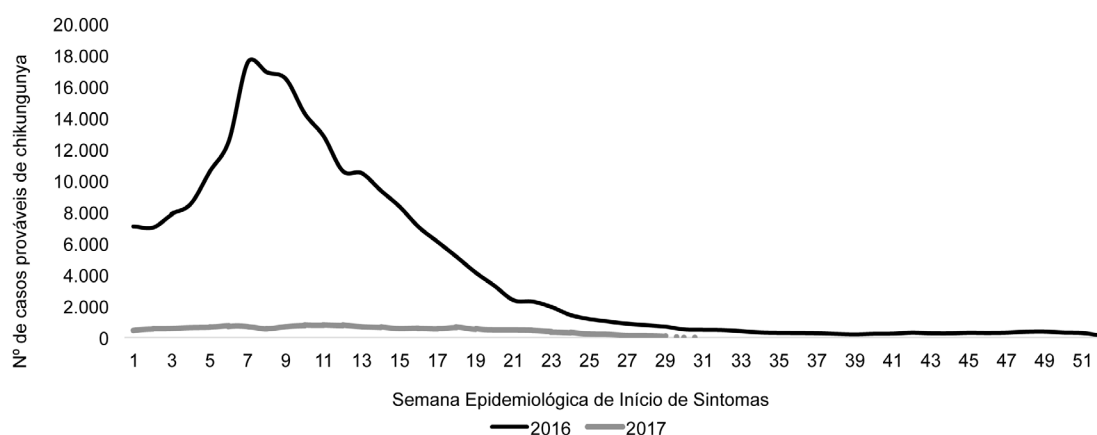
Estrato populacional	Município/Unidade da Federação	Incidência (/100 mil hab.)				Casos acumulados (SE 1 a 31)	Incidência acumulada (/100 mil hab.)
		Janeiro a Março	Abril a Junho	Julho	Agosto		
População < 100 mil hab. (5.261 municípios)	Chaval/CE	7,7	866,1	943,5	0,0	235	1.817,3
	Palhano/CE	10,8	1.167,8	529,8	10,8	159	1.719,3
	São Raimundo Nonato/PI	2,9	1.024,6	468,1	0,0	508	1.495,6
	Cajueiro da Praia/PI	0,0	1.015,6	334,1	0,0	101	1.349,7
	Jaguaribara/CE	17,9	125,0	294,6	8,9	50	446,4
População de 100 a 499 mil hab. (268 municípios)	Boa Vista/RR	95,9	544,7	188,7	5,8	2.726	835,1
	Eunápolis/BA	441,9	980,1	187,3	0,0	1.839	1.609,3
	Itapipoca/CE	34,1	902,3	103,8	6,3	1.321	1.046,5
	Coronel Fabriciano/MG	25,5	277,6	96,5	1,8	441	401,4
	Maranguape/CE	204,7	1.105,9	87,2	0,0	1.748	1.397,8
População de 500 a 999 mil hab. (24 municípios)	Teresina/PI	37,9	170,0	5,0	0,0	1.804	212,9
	Jaboatão dos Guararapes/PE	4,2	11,1	4,2	0,0	135	19,5
	João Pessoa/PB	22,0	28,7	4,0	0,0	438	54,6
	Natal/RN	25,9	23,7	1,5	0,0	448	51,0
	Aracaju/SE	5,6	3,9	1,4	0,0	70	10,9
População > 1 milhão hab. (17 municípios)	Fortaleza/CE	437,1	1.625,3	21,0	0,5	54.383	2.083,9
	Belém/PA	18,0	29,6	2,8	0,1	730	50,5
	São Gonçalo/RJ	9,3	12,1	2,0	0,0	244	23,4
	São Luís/MA	13,1	9,2	1,7	0,0	260	24,0
	Recife/PE	8,9	8,0	1,2	0,1	296	18,2

Fonte: Sinan Online (atualizado em 07/08/2017).
Dados sujeitos a alteração.



Fonte: Sinan Online (atualizado em 07/08/2017).
Dados sujeitos a alteração.

Figura 3 – Óbitos em investigação e confirmados por febre de chikungunya, por mês de ocorrência do óbito, Brasil, 2017



Fonte: Sinan NET (banco de 2016 atualizado em 23/06/2017; de 2017, em 10/08/2017).
Dados sujeitos a alteração.

Figura 4 – Casos prováveis de febre pelo vírus Zika, por semana epidemiológica de início de sintomas, Brasil, 2016 e 2017

Tabela 6 – Número de casos prováveis e incidência de febre pelo vírus Zika, por região e Unidade da Federação, até a Semana Epidemiológica 31, Brasil, 2016 e 2017

Região/Unidade da Federação	Casos (n)		Incidência (/100 mil hab.)	
	2016	2017	2016	2017
Norte	11.734	2.420	66,3	13,7
Rondônia	838	166	46,9	9,3
Acre	45	32	5,5	3,9
Amazonas	4.126	382	103,1	9,5
Roraima	108	236	21,0	45,9
Pará	4.201	650	50,8	7,9
Amapá	280	20	35,8	2,6
Tocantins	2.136	934	139,3	60,9
Nordeste	72.064	4.198	126,6	7,4
Maranhão	4.299	463	61,8	6,7
Piauí	194	143	6,0	4,5
Ceará	3.768	1.523	42,0	17,0
Rio Grande do Norte	3.650	207	105,0	6,0
Paraíba	3.552	92	88,8	2,3
Pernambuco	373	50	4,0	0,5
Alagoas	6.335	143	188,6	4,3
Sergipe	208	11	9,2	0,5
Bahia	49.685	1.566	325,2	10,3
Sudeste	87.891	2.860	101,8	3,3
Minas Gerais	13.995	776	66,7	3,7
Espírito Santo	2.241	299	56,4	7,5
Rio de Janeiro	66.478	1.458	399,6	8,8
São Paulo	5.177	327	11,6	0,7
Sul	840	71	2,9	0,2
Paraná	615	47	5,5	0,4
Santa Catarina	66	10	1,0	0,1
Rio Grande do Sul	159	14	1,4	0,1
Centro-Oeste	33.457	5.490	213,6	35,1
Mato Grosso do Sul	1.646	50	61,4	1,9
Mato Grosso	21.727	1.910	657,3	57,8
Goiás	9.755	3.482	145,7	52,0
Distrito Federal	329	48	11,1	1,6
Brasil	205.986	15.039	100,0	7,3

Fonte: Sinan NET (banco de 2016 atualizado em 23/06/2017; de 2017, em 10/08/2017).
Dados sujeitos a alteração.

Atividades desenvolvidas pelo Ministério da Saúde

1. Distribuição, aos estados e municípios, de insumos estratégicos, como inseticidas e *kits* para diagnóstico.
2. Repasse, no Piso Variável de Vigilância em Saúde (PVVS) do Componente de Vigilância em Saúde, de recurso financeiro no valor de R\$ 152.103.611,63 em duas parcelas, para implementação de ações contingenciais de prevenção e controle do vetor *Aedes aegypti* (Portaria no 3.129, de 28 de dezembro de 2016).
3. Elaboração e disponibilização do curso virtual “Zika: abordagem clínica na Atenção Básica”.
4. Elaboração da 2ª. edição do Guia de Manejo Clínico de Chikungunya.
5. Elaboração do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas de Chikungunya.
6. Participação na atualização dos seguintes cursos de Educação a Distância (EAD): Zika; Combate vetorial ao *Aedes aegypti*; Dengue; Manejo clínico de chikungunya.
7. Participação da Rede Nacional de Especialistas em Zika e Doenças Correlatas (RENEZIKA).
8. Realização, em março de 2017, do 1º Workshop Internacional Asiático-Latino-Americano em Diagnóstico, Manejo Clínico e Vigilância de Dengue.
9. Após a realização da Reunião Internacional para Implementação de Alternativas para o Controle do *Aedes aegypti* no Brasil, em 17 e 18 de fevereiro de 2016, cinco projetos foram financiados pelo Ministério da Saúde, totalizando um investimento de aproximadamente R\$ 20 milhões:
 - Controle de *Aedes* spp. com estações disseminadoras de larvicida (Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz/AM);
 - Mapeamento de risco das áreas com transmissão endêmica (Fiocruz/RJ);
 - Monitoramento de resistência do vetor *Aedes aegypti* aos inseticidas (Fiocruz/RJ);
 - Projeto Eliminar a Dengue – Desafio Brasil (Wolbachia) – (Fiocruz/MG); e
 - Estratégias inovadoras para combate ao vetor em municípios – Avaliação da efetividade das novas alternativas de controle do vetor de dengue, chikungunya e Zika – (Sucen/SP).